

MAPFRE Previdência S.A.

CNPJ 04.046.576/0001-40



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à vossa apreciação em cumprimento às disposições legais e estatutárias das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 da MAPFRE Previdência S.A., elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. As referidas Demonstrações Financeiras estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 648/2021, de 12 de novembro de 2021, e alterações, acompanhadas do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e Relatório dos Auditores Independentes.

Rendas de contribuições e prêmios emitidos

As receitas com rendas de contribuições e prêmios emitidos totalizaram em 2023 R\$ 283,9 milhões, com redução de 5,4% ou R\$ 16,1 milhões em relação ao ano anterior, resultado decorrente da perda de parcerias.

Sinistralidade

A sinistralidade em 2023 foi de 42,07% com aumento de 18,6 p.p. em relação ao ano anterior, em 2023, houve alguns sinistros relevantes que impactaram no aumento da sinistralidade.

Despesas administrativas

As despesas administrativas totalizaram R\$ 17,2 milhões no ano de 2023 e R\$ 15,8 milhões no ano anterior, decorrente principalmente por reversão de provisão trabalhista em 2022.

Resultado financeiro

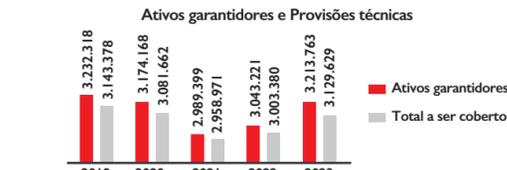
O resultado financeiro totalizou no ano R\$ 16,7 milhões, o que representa uma melhora de R\$ 23,6 milhões em relação ao ano anterior, devido principalmente, ao aumento da taxa SELIC Média (efetiva) que foi superior à do ano de 2022, refletindo positivamente nos títulos indexados a este indicador.

Resultado do exercício

O resultado totalizou no ano de 2023 um lucro de R\$ 15,9 milhões, melhora de R\$ 25,0 milhões em relação ao ano anterior. Esta variação ocorre, principalmente, pela melhora do resultado financeiro.

Declaração de capacidade financeira

Em atendimento à Circular SUSEP nº 648/2021, de 12 de novembro de 2021, e alterações, a MAPFRE Previdência S.A. declara deter, na categoria "mantidos até o vencimento", títulos e valores mobiliários no valor de R\$ 2,4 milhões e, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgates originais dos mesmos. A Companhia tem apresentado liquidez dos ativos garantidores oferecidos para cobertura das provisões técnicas nos últimos anos conforme demonstrado abaixo:



Política de reinvestimento de lucros e política de distribuição de dividendos

Os acionistas da MAPFRE Previdência S.A., em cada exercício, têm direito a receber, a título de dividendos, o mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido.

O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária, podendo ser designado 100% à Reserva de Lucros Estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da Companhia, até atingir o limite do valor do capital social integralizado.

Sustentabilidade

Em 2021, a MAPFRE traçou sua Estratégia Global de Sustentabilidade, que resultou no Plano de Sustentabilidade 2022 a 2024, que define o seu posicionamento estratégico e os seus principais projetos e iniciativas em relação às questões ASG - Ambientais, Sociais e de Governança e de negócios para os próximos anos.

O Plano contempla os compromissos globais de sustentabilidade assumidos pela Companhia, com foco nos grandes desafios enfrentados atualmente pelo mundo: as mudanças climáticas, a necessidade de uma economia mais circular, a inclusão, a educação financeira e de seguros, o envolvimento da sociedade, os negócios e demandas sociais e os desafios de um portfólio de produtos e serviços cada vez mais sustentável, em linha com as oportunidades e ameaças de um cenário socioeconômico e climático em plena transformação.

FUNDAÇÃO MAPFRE

Por meio da Fundação MAPFRE, instituição sem fins lucrativos, a MAPFRE contribui para o desenvolvimento social com a realização de iniciativas na área de Prevenção e Segurança Viária, Promoção da Saúde, Seguro e Previdência Social, Cultura e Ação Social.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2023	2022	Passivo	Nota	2023	2022
Circulante		2.570.468	2.439.857	Circulante		194.072	198.574
Disponível	5	40	504	Contas a pagar	12	8.444	5.756
Caixa e bancos		40	504	Obrigações a pagar		2.131	2.360
Equivalentes de caixa	5	73	151	Impostos e encargos sociais a recolher		1.949	1.714
Aplicações	6	2.544.015	2.405.981	Encargos trabalhistas		1.327	1.427
Créditos das operações com seguros e resseguros		1.464	1.049	Impostos e contribuições	13	3.037	255
Operações com resseguradoras		1.464	1.049	Débitos de operações com seguros e resseguros		7.920	7.202
Créditos das operações com previdência complementar		430	374	Operações com resseguradoras	8	6.718	6.406
Valores a receber		430	374	Corretores de seguros e resseguros	14	1.202	796
Outros créditos operacionais	7	4.293	7.041	Débitos de operações com previdência complementar		913	843
Ativos de resseguro - provisões técnicas	8	5.030	2.864	Contribuições a restituir		84	644
Títulos e créditos a receber		1.745	5.883	Operações de repasses	15	65	199
Títulos e créditos a receber		1.016	421	Depósitos de terceiros	16	852	70
Créditos tributários e previdenciários	22b	349	5.224	Provisões técnicas - seguros	17	95.841	99.266
Outros créditos		380	238	Vida com cobertura por sobrevivência		95.841	99.266
Despesas antecipadas		23	21	Provisões técnicas - previdência complementar	17	80.102	85.437
Custos de aquisição diferidos	9	13.355	15.989	Planos não bloqueados		13.610	14.706
Seguros		12.834	15.347	PGBL		66.492	70.731
Previdência		521	642	Passivo não circulante		2.962.479	2.824.527
Ativo não circulante		743.727	717.544	Provisões técnicas - seguros	17	1.418.355	1.309.842
Realizável a longo prazo		742.963	717.153	Vida com cobertura por sobrevivência		1.418.355	1.309.842
Aplicações	6	668.851	636.641	Provisões técnicas - previdência complementar	17	1.542.386	1.513.935
Outros créditos operacionais	7	24.851	23.947	Planos não bloqueados		278.537	293.396
Ativos de resseguro - provisões técnicas	8	2.288	2.185	PGBL		1.263.849	1.220.549
Títulos e créditos a receber		25.090	29.858	Outros débitos		1.738	750
Créditos tributários e previdenciários	22b	22.548	27.574	Provisões judiciais	19	1.738	750
Depósitos judiciais e fiscais	18	2.542	2.284	Patrimônio líquido	20	157.644	134.300
Custos de aquisição diferidos	9	21.883	24.522	Capital social		196.274	156.274
Seguros		20.776	23.084	Aumento de capital em aprovação			40.000
Previdência		1.107	1.438	Ajuste de avaliação patrimonial		(33.822)	(41.292)
Investimentos		381	331	Provisões acumuladas		(4.808)	(20.682)
Imobilizado	10	344	9	Total do passivo e do patrimônio líquido		3.314.195	3.157.401
Intangível	11	39	51				
Total do ativo		3.314.195	3.157.401				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

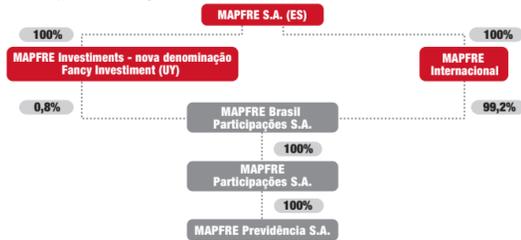
	Capital social	Aumento de capital (em aprovação)	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	156.274	-	(18.725)	(11.572)	125.977
Aumento de capital em aprovação processo nº 15414.601407/2023-69	-	40.000	-	-	40.000
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	(20.108)	-	(20.108)
Variação líquida dos demais ajustes de avaliação patrimonial	-	-	(2.459)	-	(2.459)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(9.110)	(9.110)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	156.274	40.000	(41.292)	(20.682)	134.300
Aprovação de aumento de capital nº 15414.601407/2023-69 em 22 de março de 2023	40.000	(40.000)	-	-	-
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	20.273	-	20.273
Variação líquida dos demais ajustes de avaliação patrimonial	-	-	(12.803)	-	(12.803)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	15.874	15.874
Saldo em 31 de dezembro de 2023	196.274	-	(33.822)	(4.808)	157.644

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MAPFRE Previdência S.A., doravante denominada por "Companhia", é uma sociedade por ações de capital fechado, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar nas atividades de previdência complementar, renda e pecúlio, bem como de seguros do ramo vida com sobrevivência, em todo o território nacional. O endereço registrado da Companhia é Avenida das Nações Unidas, nº 11.711, 21º andar, Brooklin, São Paulo - SP, CEP 04578-000 e está cadastrada no CNPJ sob o nº 04.046.576/0001-40. A Companhia é integrante do GRUPO MAPFRE, conjunto de empresas e entidades que operam em seguros e atividades correlatas, bem como participação em outras sociedades com sede em Madrid, Espanha. O controlador direto da Companhia é a MAPFRE Participações S.A., e o controlador em última instância é a MAPFRE S.A. (ES). As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do GRUPO MAPFRE, sendo os custos das estruturas operacionais e administrativas comuns absorvidos segundo critérios estabelecidos em acordo operacional existente entre as empresas do GRUPO MAPFRE. Em 31 de dezembro de 2023, o GRUPO apresentava a seguinte estrutura:



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de preparação: Em consonância com a Circular SUSEP nº 648/2021, de 12 de novembro de 2021, e alterações, as demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 27 de fevereiro de 2024. **b) Continuidade:** A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio de continuidade. **c) Base para avaliação, apresentação e modo funcional:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado e dos ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo. A modo funcional da Companhia é o Real. **d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são realizadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: **i.** informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; e **ii.** informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício contábil. **Notas 3e - Classificação dos contratos de seguro;** **Notas 3a e 6 - Aplicações e instrumentos financeiros;** **Notas 3i, 3k e 17 - Provisões técnicas e teste de adequação dos passivos;** e **Notas 3l e 19 Provisões judiciais.** **e) Separação entre Circulante e Não Circulante:** A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de 12 (doze) meses subsequentes à respectiva data-base. Os títulos e valores mobiliários classificados como "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independente dos prazos de vencimento. Os Fundos especificamente constituídos de PGBL/VGBL são na sua totalidade para garantias das Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder de PGBL/VGBL, não existindo descasamentos no fluxo de caixa. Em função de os títulos estarem classificados na categoria do valor justo por meio do resultado, os mesmos são classificados no ativo circulante e para fins de análise da liquidez, são apresentados considerando a mesma expectativa de liquidação dos passivos correspondentes, sem vencimento. Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidos são classificados como não circulantes. A segregação da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder - PMBaC entre circulante e não circulante é realizada utilizando o fluxo de pagamentos previsto no Teste de Adequação de Passivos - TAP. Para os itens patrimoniais sem vencimento definido, foram considerados os valores administrativos e sem classificação, no ativo ou passivo circulante, e os valores judiciais no ativo ou passivo não circulantes. **f) Normas e interpretações ainda não adotadas:** Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios futuros e/ou algumas serão aplicáveis quando aprovadas pela SUSEP. **CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros:** Substitui as orientações existentes no CPC 38 (IAS 39) - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, incluindo, novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38. O normativo foi referendado pela SUSEP através da circular SUSEP nº 678/2022, de 10 de outubro de 2022 com vigência a partir de 2024. **Circular SUSEP nº 678/2022, de 10 de outubro de 2022:** Altera a Circular SUSEP nº 648/2021, de 12 de novembro de 2021, a qual dispõe sobre provisões técnicas, teste de adequação de passivos, ativos redutores, capitais de risco, constituição de banco de dados de perdas operacionais, planos de regularização, registro, custódia e movimentação de ativos, títulos e valores mobiliários garantidores das provisões técnicas, envio de informações periódicas, normas contábeis, auditoria contábil independente, exame de certificação e educação profissional continuada do auditor contábil independente, e sobre os pronunciamentos técnicos elaborados pelo Instituto Brasileiro de Atuação (IBA), será aplicável a partir de 2 de janeiro de 2024, com exceção ao artigo 2º que está em vigor desde 2 de janeiro de 2023. Conforme avaliação realizada pela Companhia, a nova circular não permitirá a dedução da parcela correspondente à diferença entre o valor justo e o valor do registro contábil, na data-base, dos títulos, registrados contabilmente no seu ativo na categoria "mantido até o vencimento", na Provisão Complementar de Cobertura (PCC), onde de acordo com a apuração da PCC semestral (junho e

dezembro) através do estudo do TAP (Teste de Adequação de Passivos), não se estima impacto financeiro relevante para os valores do 1º semestre de 2024, considerando o valor calculado em dezembro de 2023. Com relação aos critérios da atual PDR, realizaremos a segregação em PDR e PDC de acordo com o Regime Financeiro, devido à necessidade de segregação da provisão de despesas relacionadas em produtos estruturados no regime financeiro de reparação simples e no regime financeiro de capitalização/Reparação de Capitais por Cobertura, porém sem impacto financeiro. Com relação à reclassificação contábil dos Títulos e Valores Mobiliários da categoria "mantidos até o vencimento" para "disponíveis para venda", estima-se um impacto positivo de aproximadamente 0,4% do patrimônio líquido. Na avaliação do teste de *impairment* realizado nos Títulos e Valores Mobiliários, estima-se um impacto negativo de aproximadamente 0,3% do patrimônio líquido.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS MATERIAIS

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **Informação de políticas contábeis materiais:** A Companhia adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecerem informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas na nota de Políticas contábeis materiais (2022: Principais Políticas contábeis). **a) Aplicações e instrumentos financeiros:** A classificação dentro as categorias é definida pela Administração no momento do reconhecimento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: **i. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saldos em conta movimento sem vencimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 (noventa) dias e com risco insignificante de mudança de seu valor e que não estejam vinculadas caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado. **v. Determinação do valor justo:** Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas na nota explicativa nº 6c. **vi. Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia mantém operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados à proteção de riscos associados com a variação de taxas de juros dos investimentos. As operações com derivativos são registradas e negociadas na B3, Bovespa, Balçao. Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos de transação são reconhecidos no resultado, quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas no resultado do período e estão classificadas na categoria ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado. **vii. Recebíveis:** Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas, "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos a receber", que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. **b) Redução ao valor recuperável: i. Ativos financeiros:** Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indicar que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa, que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa, que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado, é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. **ii. Operações de resseguros:** A redução ao valor recuperável - RVR sobre os créditos a recuperar com resseguradores é baseada na Circular SUSEP nº 648/2021, de 12 de novembro de 2021, e alterações, conforme artigo 139, inciso III, que considera o total dos créditos vencidos superiores a 180 (cento e oitenta) dias. **iii. Ativos não financeiros:** Os valores dos ativos não financeiros são revisados, para fins de recuperabilidade, sempre que houver alguma indicação de perda considerada permanente, sendo a perda reconhecida no resultado do exercício se o valor controlado de um ativo exceder seu valor recuperável. **c) Imobilizado:** O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos e veículos utilizados na condução dos negócios da Companhia, sendo demonstrado pelo custo histórico reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado, conforme incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear considerando as taxas divulgadas na nota explicativa nº 10. **d) Intangível:** Compreende, basicamente, os gastos com projetos relacionados ao desenvolvimento de *softwares*, quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de *softwares* são reconhecidas no resultado no período quando incorridas. A amortização do ativo intangível é calculada segundo o método linear considerando as taxas divulgadas na nota explicativa nº 11. **e) Classificação dos contratos de seguros:** A Companhia classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro, assim definido quando pode ser observada a possibilidade de pagar benefícios adicionais ao segurado na

Em 2023, os programas promovidos direcionaram esforços para melhorar as condições de vida de grupos em vulnerabilidade social, contribuindo para a redução de sinistros no trânsito, melhoria do acesso à informação, à prevenção, à inovação e à pesquisa, ampliando a diversidade cultural da sociedade, beneficiando 2.280.129 (Dois milhões, duzentos e oitenta mil e cento e vinte e nove) pessoas, tanto presencialmente quanto de forma digital.

Controles internos

A atuação de Controles Internos tem como principal objetivo apoiar todas as áreas internas, seja de suporte ao negócio ou operacionais, na construção e manutenção de um ambiente corporativo mais seguro e sustentável.

Periodicamente, são realizados testes de controles internos, que visam estar em conformidade com as normas regulatórias, dar confiabilidade às práticas adotadas, informando às áreas e aos Comitês os resultados obtidos. Os assuntos abordados nos testes são: acompanhamento de novas regulamentações, atendimentos à fiscalização, lavagem de dinheiro e prevenção à fraude, segurança física e lógica, plano de continuidade de negócios e atividade de mapeamento de processo.

Compliance

O GRUPO MAPFRE, com base na Lei nº 9.613/1998, de 3 de março de 1998, e alterações, e com o intuito de prevenir a utilização de produtos ou processos para o crime de lavagem de dinheiro e assegurar a conformidade com a Circular SUSEP nº 612/2020, de 18 de agosto de 2020, e alterações possui processos implementados para identificação, monitoramento e comunicação de operações suspeitas com indícios de lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e atos ilícitos.

O GRUPO conta ainda com o Código de Ética, alinhado com os conceitos de Missão, Visão e Valores. Os canais de denúncia estão disponíveis aos empregados e públicos externos, mantendo-se disponíveis para receber relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares, com reporte imediato ao Comitê de Auditoria Estatutário para acompanhamento.

Governança de dados e segurança da informação

Reafirmamos o compromisso pela disponibilidade, integridade e confidencialidade das informações organizacionais e dos clientes e diante dos desafios da era digital das informações, além de garantir a segurança dos dados, uma governança e gestão da informação mais robusta e fortalecida tem sido um dos focos de atuação do GRUPO MAPFRE, alinhada à nova Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709/2018, de 14 de agosto de 2018.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, corretores, parceiros e aos colaboradores pelo apoio e confiança depositados em nosso trabalho. O fortalecimento desse relacionamento é um dos objetivos que nos motiva a seguir em frente, em busca de novos desafios.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2024.

A Administração

DEMONSTRAÇÕES DE

MAPFRE Previdência S.A. - CNPJ nº 04.046.576/0001-00

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

pagamento de indenizações e despesa relacionada à sindicância. A Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar - PVR abrange os valores referentes aos resgates a regularizar, as devoluções de prêmios ou fundos, as portabilidades solicitadas e, por qualquer motivo, ainda não transferidas para a Companhia ou Entidade Aberta de Previdência Complementar - EAPC, receptora e aos prêmios recebidos e não cotizados. **Previdência complementar aberta, seguros de vida com cobertura por sobrevivência:** As Provisões Matemáticas representam os valores das obrigações assumidas sob forma de planos de renda, pensão e pecúlio e são calculadas, segundo regras previstas em nota técnica atuarial. A Provisão Matemática de Benefícios a Conceder - PMBaC vinculada aos seguros de vida com cobertura de sobrevivência - VGBL e aos planos de previdência da modalidade gerador de benefícios livres - FGBL representa o montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de encargos contratuais, acrescidas dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recursos em Fundo de Investimentos Especialmente Constituídos - FIE. Para os planos previdenciários tradicionais, estruturados em regime financeiro de capitalização, a Provisão Matemática de Benefícios a Conceder - PMBaC é constituída enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício, sendo calculada a partir do montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamentos e de outros encargos contratuais, acrescidas de atualização monetária, taxas de juros, excedentes financeiros e incrementos de natureza atuarial, de acordo com condições firmadas contratualmente. A Provisão Matemática de Benefícios Concedidos - PMBC representa o valor atual dos compromissos da Companhia para com o assistido durante o período de pagamento de benefícios, sob a forma de renda, considerando a opção de renda e juros garantidos determinados no contrato de concessão, e sobretudo do assistido a cada data base do cálculo. A Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL é constituída por estimativa de pagamentos prováveis, brutos de resseguros, com base nas notificações e avisos dos sinistros recebidos até a data de encerramento das demonstrações financeiras. Nessa provisão técnica, encontram-se também as rendas vendidas e os valores estimados referentes às ações judiciais. O ajuste de Sinistros Ocorridos mas não Suficientemente Avisados - IBNeR considera o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até sua liquidação final. É calculado com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, que prevê a construção de triângulo mensal com experiência dos últimos 48 (quarenta e oito) meses, considerando o intervalo entre a data de ocorrência e a data base de referência. A Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados - IBNR representa o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data de cálculo da estimativa, calculada de acordo com a experiência histórica pelo Método de Desenvolvimento dos Sinistros Avisados e metodologia prevista em nota técnica atuarial, que prevê a construção de triângulo mensal com experiência dos últimos 48 (quarenta e oito) meses, considerando o intervalo entre a data de ocorrência e a data base de referência. A Provisão de Excedentes Financeiros - PEF é constituída para os contratos que possuem cláusula de participação de excedentes financeiros e corresponde a uma parcela do rendimento financeiro que excede a rentabilidade mínima garantida dos planos. A Provisão de Despesas Relacionadas - PDR é constituída para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de sinistros ou benefícios, tanto na fase de diferimento, quanto na fase de concessão de benefícios. É calculada com base na metodologia prevista em nota técnica atuarial, considerando despesas diretamente relacionadas à manutenção do pagamento de indenizações e/ou renda mensal. A Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar - PVR abrange os valores referentes aos resgates a regularizar, as devoluções de prêmios ou fundos e as portabilidades solicitadas e que, por qualquer motivo, ainda não transferidas para a Companhia ou Entidade Aberta de Previdência Complementar - EAPC receptora e aos prêmios recebidos e não cotizados. A Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNNG constituída para as operações estruturadas no regime financeiro de atribuição Simples ou Repartição de Capitais de Cobertura, mensalmente, abrangendo os riscos assumidos e benefícios e os riscos e benefícios não cedidos. A Provisão Complementar de Cobertura - PCC refere-se ao valor necessário para complementar as provisões técnicas e será constituída quando for constatada insuficiência no Teste de Adequação de Passivos - TAP, de acordo com o item 3k desta nota.

j) Tábuas, taxas e carregamento dos principais produtos comercializados

Produto	Tábua	Taxa de Juros	Taxa de carregamento
Individual PGBL/VGBL	BR-EMSSb (male/female)	1,50% a.a.	0% a 6%
Individual PGBL/VGBL	BR-EMSSb (male/female)	0% a.a.	0%
Empresarial PGBL/VGBL	BR-EMSSb (male/female)	0% a.a.	0%

k) Teste de Adequação dos Passivos - TAP: A Companhia elabora o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro conforme requerido pelo CPC 11 - Contratos de Seguro e a Resolução CNSP nº 432/2021 e Circular SUSEP nº 649/2021, ambas de 12 de novembro de 2021, a partir da data de balanço e que estão vigentes na data de execução do teste. Esse teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de seguros deduzidos dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros comparado ao valor esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos e certificados comercializados. O teste considerou a projeção dos sinistros e benefícios ocorridos e a ocorrer, as despesas administrativas, as despesas alocaíveis relacionadas aos sinistros, opções intrínsecas, excedentes financeiros e outras receitas e despesas diretamente relacionadas aos contratos. Para o cálculo do valor presente dos fluxos projetados a Companhia utilizou as taxas a termo livres de risco definidas pela SUSEP (ETTJ). O teste foi elaborado bruto de resseguro e as principais premissas utilizadas foram:

Premissas

Taxa de desconto	Descrição
Tábua de mortalidade	Cupons de IPCA, IGP-M e TR - ETTJ SUSEP BR-EMSS
Taxa de juros contratada para passivos	0%, 2%, 3%, 4%, 5% e 6%
Taxa de juros esperada para os ativos	Cupons de IPCA, IGP-M e TR

O resultado do teste de adequação de passivo apresentou necessidade de provisões adicionais aos passivos de seguro no montante de R\$ 18.362 (17.465 em 31 de dezembro de 2022). Em atendimento ao § 2º do artigo 43 da Circular SUSEP nº 648/2021, de 12 de novembro de 2021, e alterações, o montante de R\$ 578 foi compensado pela mala volta dos ativos garantidores classificados na categoria "mantidos até o vencimento". O valor remanescente foi registrado como Provisão Complementar de Cobertura no montante de R\$ 17.784 (R\$ 17.202 em 31 de dezembro de 2022). **l) Provisões, passivos e ativos contingentes:** Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, desde que a mesma possa ser estimada de maneira confiável e seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, quando a Companhia, com base em informações disponíveis, acredita que a perda, que levam em consideração a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Estas são provisionadas quando a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, conforme critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura, resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando a certeza do ganho e seu custo ou o valor puder ser mensurado com confiabilidade. Os ativos contingentes são pelo critério de provável, são apenas divulgados. **m) Benefícios aos empregados - Obrigações de curto prazo:** As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado. Outros benefícios de curto prazo, tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale transporte, vale refeição e alimentação e treinamento profissional, são oferecidos aos empregados e Administradores e reconhecidos ao resultado à medida que são incorridos. **n) Obrigações com aposentadorias:** A Companhia é patrocinadora de um plano de previdência complementar para os empregados na modalidade de contribuição definida - Plano Gerador de Benefícios Livres - PGBL administrado pela MAPFRE Previdência S.A.. Trata-se de um plano de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições realizadas por ele mesmo e pela Companhia, sendo os recursos investidos em um fundo de investimento destinada a essa finalidade. Os aportes mensais são calculados considerando o salário base de contribuição do participante. A Companhia não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de benefícios a empregados, no período em que esses serviços são prestados pelos empregados. **o) Outras despesas pós-emprego:** Há custeio do plano de saúde para ex-funcionários e seus dependentes legais por um período de 30 (trinta) a 90 (noventa) dias da data de desligamento a depender do tempo de empresa, calculados e provisionados. **n) Outras receitas e despesas operacionais:** Compreendem, substancialmente contratos de previdência e receitas com resgates que são reconhecidas no resultado à medida que são incorridas. As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras (incluindo os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos derivativos, incluindo o lucro líquido resultante. A receita de resultado é proveniente do resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (impairment), reconhecidas nos ativos financeiros e perdas nos instrumentos derivativos que estão reconhecidos no resultado. **o) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre a base tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido compreende os tributos correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O tributo corrente é o imposto a pagar sobre a base tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apuração das demonstrações financeiras e somado ou diminuído de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos períodos anteriores. O tributo diferido ativo é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do tributo corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em exercícios futuros. O tributo diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo reconhecidos no limite de que seja provável que juros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização desses ativos. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se relacionam a imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. **p) Participações nos lucros:** A Companhia registra mensalmente a participação nos lucros com base nos critérios de pagamento referidos no último exercício, caso não tenha ocorrido nenhuma mudança significativa na política de remuneração, sendo atualizado o índice de reajuste salarial da categoria e ajustada posteriormente, para pagamento aos colaboradores, conforme política de remuneração.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros. O risco de subscrição • Risco de mercado • Risco de crédito • Risco de liquidez • Risco operacional • Risco de capital. A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre essas exposições, bem como os critérios adotados pela Companhia na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, sendo utilizado com o objetivo de evitar perdas e adicionar valor ao negócio, à medida que proporciona suporte às áreas no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros. A Companhia conta com um processo de gestão de riscos, em constante aperfeiçoamento, alinhado à regulamentação vigente. A gestão busca a adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa, que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. As responsabilidades do Sistema de Gestão de Riscos da MAPFRE estão integradas na estrutura organizacional de acordo com o modelo de 3 (três) linhas de defesa, envolvendo todo o Grupo MAPFRE Brasil, incluídas empresas do conglomerado como a MAPFRE RE (SCI e EGR unificado), estabelecendo: a) Primeira linha: composta por empregados, diretoria e áreas operacionais, de negócio e de suporte, responsáveis por manter o controle efetivo das atividades realizadas como parte inerente do trabalho cotidiano. Portanto, são eles que assumem os riscos e são responsáveis por estabelecer e aplicar os mecanismos de controle necessários para gerir os riscos associados aos processos que realizam e garantir que não ultrapassem os limites estabelecidos. b) Segunda linha: integrada pelas funções-chave de gestão atuarial, de riscos e de conformidade e outras funções de seguros que garantem o funcionamento do Sistema de Gestão de Riscos. c) Terceira linha: composta pela Auditoria Interna, que realiza a avaliação independente da adequação, suficiência e eficácia do Sistema de Controle Interno, comunicando eventuais deficiências às partes responsáveis por aplicar as medidas corretivas, incluindo os altos cargos executivos e os órgãos de governança, conforme o caso. O gerenciamento dos riscos é realizado de forma integrada e abordado dentro de um processo apoiado pela Comissão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a identificação e mensuração dos riscos. A Gestão de Riscos no Grupo MAPFRE Brasil se divide em Gestão de Riscos Qualitativos e Gestão de Riscos Quantitativos, responsáveis por monitorar e suportar continuamente a gestão de riscos corporativos da organização, dentro de um processo que permeia a supervisão, o controle da eficácia dos sistemas de controles internos, da gestão de riscos, vigilância e notificação de exposição a riscos. A gestão dos riscos corporativos quantitativos é sustentada por modelos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do *Value at Risk - VaR*, indicadores de suficiência de capital, dentre outros. A esses modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes de controles, tendo como objetivo a análise estatística, o acompanhamento e a mensuração da mitigação dos riscos corporativos. A partir da avaliação dos principais riscos são elaborados planos de ação específicos para os riscos identificados acima do apetite de risco da Companhia. O objetivo é a obtenção de melhorias seja implementadas nas atividades de controle ou que eventuais desvios sejam corrigidos a tempo. Além disso, para gerar um ambiente de controle condizente com a importância dos negócios, a empresa investe no fortalecimento do processo interno de comunicação, disseminando o conceito de gestão de riscos entre os colaboradores por meio de um programa de Disseminação de Cultura de Riscos e Controles. Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, o GRUPO conta com os seguintes Órgãos de Governança: • **Conselho de Administração:** é o órgão superior de administração e supervisão da atividade no País, de acordo com as leis locais e as normas internas de governo do GRUPO MAPFRE. Compete ao Conselho aprovar a orientação geral de negócios, as políticas e diretrizes gerais e as metas da MAPFRE Brasil, sempre visando o melhor interesse do Grupo MAPFRE e zelando pelo cumprimento das obrigações previstas nos normativos internos e na legislação vigente. • **Comitê de Auditoria:** é um órgão estatutário e tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração no que concerne ao exercício de suas funções de auditoria e fiscalizadora, em consonância com as atribuições previstas na legislação e no Estatuto Social, que tem como atribuições, entre outras, revisar as demonstrações

financeiras, à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controles internos, à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e propor ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições; • **Comitê de Direção:** tem por objetivo a gestão das Unidades de Negócio na região, assim como a condução de todos os projetos corporativos globais ou regionais, que sejam necessários para o cumprimento dos objetivos, e ainda desenvolva e execute, conforme o caso, as decisões dos órgãos de Administração e Diretoria da MAPFRE S.A.; • **Comitê de Investimentos:** tem por objetivo orientar as companhias da MAPFRE Brasil no que diz respeito à alocação dos investimentos financeiros, analisando os referidos investimentos para avaliar detalhadamente os benefícios e estimativa dos retornos econômico-financeiros, observando as premissas de segurança, rentabilidade, solvência, legislação e alçadas vigentes do GRUPO MAPFRE. O Comitê adquire e zelou pelo cumprimento das políticas financeiras definidas pela Alta Administração e, além de assessora-la no desempenho de suas atribuições relacionadas à adoção de estratégias, políticas e medidas voltadas à estratégia financeira do GRUPO MAPFRE; e • **Comissão de Riscos:** com caráter consultivo e de assessoramento, vinculado ao Comitê de Direção, tem por objetivo analisar e acompanhar, bem como, auxiliar o Comitê de Direção nas matérias relacionadas a controles internos, conformidade, gerenciamento de riscos corporativos e atuariais, no âmbito de suas competências e de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo GRUPO MAPFRE. O relacionamento dos Comitês com a Alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo. Contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os regimentos dos Comitês contêm a definição de suas atribuições e nível de reporte. Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Companhia está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a qualidade das atividades de auditoria realizadas colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Companhia. Auditoria Interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. **Risco de subscrição:** Refere-se à possibilidade de perdas decorrentes do uso inadequado de metodologias ou premissas atuariais, incluindo falhas na especificação técnica do produto e nas condições de aceitação e precificação. Abrange os riscos de aceitação, cancelamento, longevidade, mortalidade, morbidade e desenho de produtos. Para controlá-lo, a Companhia segue as normas de subscrição de riscos, realiza acompanhamentos periódicos para evitar desvios, desenvolve produtos adequados à atual conjuntura, mantém contratos de resseguro para cobertura de eventos extremos de invalidez e morte, reavalia as provisões técnicas no mínimo anualmente e realiza testes de consistências e cálculos atuariais, para avaliar sua adequação técnico-operacional. O GRUPO MAPFRE define risco de seguro como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. O GRUPO MAPFRE utiliza estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro, com a transferência integral desses riscos à resseguradora MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros S.A., pertencente ao mesmo grupo econômico, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e vultosos sejam minimizados. **Concentração de riscos:** As exposições à concentração de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por segmento baseada no valor de contribuições/prêmio emitido bruto e líquido de resseguro.

Bruto de resseguro		2023	
Região geográfica	Vida/VGBL	%	PGBL %
Centro Oeste	57	0%	2.575 3%
Nordeste	98	0%	9.612 11%
Norte	32	0%	926 1%
Sudeste	178.979	94%	66.652 77%
Sul	10.409	6%	6.953 8%
Total	189.575	100%	86.718 100%

Líquido de resseguro		2023	
Região geográfica	Vida/VGBL	%	PGBL %
Centro Oeste	52	0%	2.575 3%
Nordeste	90	0%	9.612 11%
Norte	29	0%	926 1%
Sudeste	155.458	94%	66.652 77%
Sul	9.514	6%	6.953 8%
Total	165.143	100%	86.718 100%

Bruto de resseguro		2022	
Região geográfica	Vida/VGBL	%	PGBL %
Centro Oeste	60	0%	3.436 4%
Nordeste	108	0%	11.298 12%
Norte	36	0%	859 1%
Sudeste	185.066	95%	72.627 75%
Sul	10.220	5%	8.089 8%
Total	195.474	100%	96.309 100%

Líquido de resseguro		2022	
Região geográfica	Vida/VGBL	%	PGBL %
Centro Oeste	55	0%	3.436 4%
Nordeste	99	0%	11.298 12%
Norte	24	0%	859 1%
Sudeste	164.344	95%	72.627 75%
Sul	9.492	5%	8.089 8%
Total	174.104	100%	96.309 100%

Sensibilidade

Alteração das principais premissas das provisões técnicas

Redução de 10% a.a. na ETTJ 20.751

Redução de 10% na taxa de mortalidade 8.595

Aumento de 10% na taxa de conversão em renda (1.800)

Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais para com a Companhia. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos, é realizado tempestivamente o monitoramento das exposições para efetivo cumprimento dos limites de crédito estabelecidos na política. O monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares e levando em consideração a capacidade da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. O risco de crédito pode se materializar por meio dos seguintes fatos: • Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados e de recuperação de sinistros por parte do ressegurador; • Possibilidade de algum emissor de ativo financeiro não efetuar o pagamento previsto no vencimento ou as amortizações previstas para cada título; e • Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas. **Exposição ao risco de crédito de seguro:** A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de riscos a decorrer e riscos decorridos. Os ramos de riscos decorridos à exposição são maiores, uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro. Em relação às operações de resseguro, a Companhia está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro. A Companhia adota uma política de gerenciar as exposições das contrapartes de resseguro, operando somente com resseguradoras com alta qualidade de crédito refletida nos *ratings* atribuídos por agências classificadoras. A Companhia hoje opera somente com a resseguradora local MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros S.A. e para ela foi considerado o *rating* da MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A.. Os prêmios de resseguros no montante de R\$ 26.990 (R\$ 23.865 em 31 de dezembro de 2022) possuem a classificação de *rating A*. O gerenciamento de risco de crédito de seguro referente às operações com resseguros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *A.M. Best, Fitch Ratings, Standard & Poor's e Moody's*. Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de crédito sejam atingidos. Alguns focos de atenção para o risco de crédito são: em grupos de clientes, em um mesmo grupo econômico ou até em regiões geográficas. As diretrizes de resseguros também colaboram para o monitoramento do risco de crédito de seguros e são determinadas por meio de política e norma interna. **Gerenciamento de risco de crédito:** Para um melhor controle à exposição a esse tipo de risco, os recursos são investidos nos fundos geridos pela MAPFRE Investimentos Ltda., empresa do GRUPO MAPFRE, que tem como premissa os mesmos limites descritos na Política de Riscos de Créditos e submete aos Comitês competentes periódicas avaliações econômico-financeiras das contrapartes em que os recursos estão aplicados. Para os fundos especialmente constituídos VGBL/PGBL, a gestão dos fundos é feita também pelo *BNP Paribas Asset Management* Brasil Ltda. e GAUSS Capital Gestora de Recursos Ltda. No que se refere às aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo pelo fato de que a maior parte da carteira está concentrada em títulos públicos de renda fixa e operações compromissadas com lastro em títulos públicos federais e no caso dos outros títulos como ativos de crédito privado que tenham *rating* no mínimo A. Para os *ratings* avaliados abaixo de "A-" estão garantidos pelo FGC - Fundo Garantidor de Créditos, entidade que administra a proteção aos investidores em depósitos ou créditos em instituições financeiras em caso de falência, intervenção ou liquidação. As agências avaliadoras de riscos são *Standard & Poor's, Fitch Ratings e Moody's*, como demonstrado no quadro abaixo:

Impacto no patrimônio líquido/resultado		2023	
Ativos financeiros - Rating (*)	AAA	AA+	AA-
Títulos de renda fixa públicos (**)	2.268.382	-	-
Certificados de depósitos bancários - CDB	141.444	-	-
Debêntures	101.859	-	9.890
Depósitos a prazo com garantia especial - DPGE	-	-	-257.217
Letras financeiras - LF	204.437	13.502	-
Quotas de fundos de investimentos	-	-	-
Caixa/Contas a pagar/receber	-	-	-
Total	2.716.122	13.502	9.890

Ativos financeiros - Rating (*)		2022	
Títulos públicos de renda fixa (**)	AAA	AA+	AA-
Certificados de depósitos bancários - CDB	32.729	-	-
Debêntures	61.093	-	17.571
Depósitos a prazo com garantia especial - DPGE	16.631	-	-
Letras financeiras - LF	116.548	4.513	34.993
Quotas de fundos de investimentos	-	-	-
Caixa/contas a pagar/receber	-	-	-
Total	2.549.761	4.513	52.564

(*) Não contempla saldo de ações no montante de R\$ 108.842 (R\$ 106.166 em 31 de dezembro de 2022). (**) Inclui operações compromissadas no montante de R\$ 336.796 (R\$ 445.513 em 31 de dezembro de 2022) com lastro em títulos públicos. A Companhia efetua diversas análises de sensibilidade e testes de *stress* como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados dessas análises são utilizados para mitigação de riscos e o entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido da Companhia em condições normais e em condições de *stress*. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros, tendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão, bem como na identificação de riscos específicos oriundos nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Companhia liquidar seus compromissos, como com as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A Companhia possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de financiamentos e compromissos. Uma forte política de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações à medida que estas atingem seu vencimento. **Exposição ao risco de liquidez:** O risco de liquidez é limitado pela reconstrução do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimativa de passivos oriundos de benefícios concedidos ou a conceder. **Gerenciamento do risco de liquidez:** A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. São aprovados, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Companhia monitora, por meio da gestão do fluxo de caixa, as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter níveis adequados de liquidez em níveis predefinidos, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. Adicionalmente, é reportado mensalmente à SUSEP o nível de liquidez apresentado pela Companhia, avaliando a sobre de recursos em função da necessidade de cobertura das provisões técnicas. A Circular SUSEP nº 648/2021, de 12 de novembro

de 2021, e alterações, estabelece novo critério para o Risco de liquidez, devendo cada Companhia desenvolver metodologia específica para cada plano, com implementação obrigatória a partir de dezembro de 2021. A metodologia utilizada pela Companhia está baseada em método prospectivo de projeção de fluxo de caixa, utilizando premissas atuariais estressadas de entradas e saídas brutas de resseguro, que decorram do cumprimento dos riscos assumidos pela companhia nos contratos e certificados dos planos comercializados até a data-base do cálculo. Os fluxos utilizados de entradas e saídas para o lançamento de receitas provenientes de prêmios e contribuições utilizadas nas projeções, consideram os contratos e certificados vigentes na data-base, contemplando as premissas de cálculo utilizadas nas projeções realizadas para Teste de Adequação dos Passivos, sendo essas premissas estressadas para apurar o fator do risco de liquidez a ser aplicado sobre o montante de provisões a cobrir. Fator este com revisão periódica.

A suficiência de liquidez está segregada numa escala de medição por nível de tolerância, sendo o fator calculado decomposto conforme tabela abaixo, considerando as classificações: verde, amarelo e vermelho.

Nível - Risco de liquidez	Cumprimento total
>= 100%	Zona Verde
< 100% - 90%	Zona Amarela
< 90% - 30%	Zona Vermelha
< 30%	Zona Vermelha

Total a ser coberto PGBL/VGBL (nota 18) (a)		2.306.137
Ativos garantidores - PGBL/VGBL (nota 18) (b)		2.306.137
Total a ser coberto (nota 18) (a)		826.492
Ativos garantidores (nota 18) (b)		907.626
Risco de liquidez (c)		3,85%
Risco de liquidez (d)=(a)/(c)		30.057
Verde		3.006
Amarelo		18.034
Vermelho		9.017
Provisão a cobrir + risco de liquidez (e)=(a)+(d)		853.549
Índice de liquidez (b)/(e)		1,06
Suficiência (b)/(e)		54.077

Classificação do nível de liquidez

A projeção dos passivos é realizada conforme premissas atuariais realistas e considera os fluxos de entradas e saídas brutas de cessão em resseguro, que decorram do cumprimento dos riscos assumidos pela Companhia nos contratos e certificados dos planos comercializados. O fluxo de caixa com o perfil do passivo aponta quais são os ativos disponíveis no mercado que melhor adequem à situação futura do passivo em termos de taxa, índice e volume financeiro. Sendo preferida a seleção de ativos e instrumentos financeiros de alta liquidez, que tenham vínculo com os indexadores dos Planos de Previdência ou que tenham algum grau de correlação ou que cubram os passivos identificados e que sejam elegíveis pela política de investimentos vigente e sempre registrados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC. Não obstante a Companhia apresentar aparente liquidez negativa na distribuição das faixas dos fluxos de até 1 (um) ano e de 1 (um) a 5 (cinco) anos, como estratégia, mantêm aplicações financeiras classificadas como disponíveis para venda e valor justo por meio do resultado, que podem ser utilizadas no caso de necessidade de fluxo de caixa e gera fluxos de caixa positivos nas operações.

2023	
Fluxo de ativos (*)	Fluxo de passivos (**)
Fluxo até 1 ano	104.862
Fluxo de 1 a 5 anos	190.499
Fluxo acima de 5 anos	612.265
Total	907.626

(*) O fluxo de ativos considera as aplicações financeiras e não foram consideradas as aplicações referentes aos fundos especialmente constituídos PGBL/VGBL. As aplicações classificadas nas categorias disponíveis para venda e valor justo por meio do resultado e podem ser convertidas em caixa a qualquer momento, de acordo com o fluxo de caixa. (**) O fluxo de passivos considera as projeções das provisões técnicas e não foram consideradas as PMBaC dos produtos PGBL/VGBL e consideram a avaliação do *ALM - Asset Liability Management*.

Risco de mercado: Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno dos investimentos. A política da Companhia, em termos de exposição a riscos de mercado, é conservadora, sendo que o risco de mercado é calculado pela MAPFRE Investimentos Ltda. com base em cenários de *stress, Duration* e com a metodologia de *Value at Risk - VaR e Macaulay Duration*. O modelo de *VaR* é aplicado aos fundos de investimentos da Companhia, mantidos em fundos de PGBL e

MAPFRE Previdência S.A. - CNPJ nº 04.046.576/0001-40

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

6. APLICAÇÕES

a) Composição por prazo, por título e por nível hierárquico: Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo, por título e em valores justos.

Títulos	Nível de hierarquia a valor justo	Vencimento			Valor contábil (D)	Valor de curva (F)	Valor ajustado ao valor justo (G-F)	2023	%	2022	%	
		Até 1 ano (A)	Entre 1 e 5 anos (B)	Acima de 5 anos (C)								
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado		441.539	1.748.630	199.499	146.771	2.536.439	2.536.671	2.536.758	87	2.536.439	78%	
Fundos de investimentos		96.062	133.335	-	(1.095)	230.302	230.534	230.621	87	230.302	7%	
Letras financeiras do tesouro - LFT	1	-	133.046	-	-	133.046	132.946	133.046	100	133.046	47%	
Operações compromissadas (*)	2	97.987	-	-	-	97.987	97.987	97.987	-	97.987	54%	
Títulos da dívida agrária - TDA	2	75	289	-	-	364	377	364	(13)	364	0%	
Caixa/contas a pagar/receber	2	-	-	-	(1.095)	-	(776)	(776)	-	(1.095)	-1%	
Fundos especialmente constituídos - PGBl/VGBL		343.477	1.615.295	199.499	147.866	2.306.137	2.306.137	2.306.137	-	2.306.137	91%	
Ações	1	-	-	-	108.842	108.842	108.842	108.842	-	108.842	5%	
Certificados de depósitos bancários - CDB	2	74.030	70.560	-	-	144.590	144.590	144.590	-	144.590	6%	
Debêntures	2	23.683	76.540	11.616	-	111.749	111.749	111.749	-	111.749	5%	
Depósitos a prazo com garantia especial - DPGE	2	133.534	189.909	-	-	323.443	323.443	323.443	-	323.443	14%	
Letras financeiras - LF	2	101.959	113.845	2.135	-	217.939	217.939	217.939	-	217.939	9%	
Letras financeiras do tesouro - LFT	1	-	865.342	4.807	-	870.149	870.149	870.149	-	870.149	38%	
Letras do tesouro nacional - LTN	1	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	2.606	0%
Notas do tesouro nacional - NTN-B	1	10.271	58.687	174.531	-	243.489	243.489	243.489	-	243.489	11%	
Notas do tesouro nacional - NTN-C	1	-	-	5.729	-	5.729	5.729	5.729	-	5.729	0%	
Notas do tesouro nacional - NTN-F	1	-	1.701	681	-	2.382	2.382	2.382	-	2.382	0%	
Operações compromissadas (*)	2	-	238.801	-	8	238.809	238.809	238.809	-	238.809	10%	
Quotas e fundos de investimentos	2	-	-	-	40.645	40.645	40.645	40.645	-	40.645	2%	
Caixa/contas a pagar/receber	2	-	-	-	(1.629)	-	(1.629)	(1.629)	-	(1.629)	0%	
Ativos disponíveis para venda		7.576	57.164	609.312	-	674.052	677.660	674.052	(3.608)	674.052	21%	
Fundos de investimentos		7.576	57.164	609.312	-	674.052	677.660	674.052	(3.608)	674.052	100%	
Notas do tesouro nacional - NTN-B	1	7.576	30.830	385.958	-	424.364	432.964	424.364	(8.600)	424.364	63%	
Notas do tesouro nacional - NTN-C	1	-	-	223.354	-	223.354	220.383	223.354	2.971	223.354	33%	
Notas do tesouro nacional - NTN-F	1	-	26.334	-	-	26.334	24.313	26.334	2.021	26.334	4%	
Ativos mantidos até o vencimento		-	-	2.375	-	2.375	2.375	2.953	578	2.375	100%	
Fundos de investimentos		-	-	2.375	-	2.375	2.375	2.953	578	2.375	100%	
Notas do tesouro nacional - NTN-B	1	-	-	2.375	-	2.375	2.375	2.953	578	2.375	100%	
Notas do tesouro nacional - NTN-F	1	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	107	6%
Total		449.115	1.805.794	811.186	146.771	3.212.866	3.216.706	3.213.763	(2.943)	3.212.866	100%	

(*) Operações compromissadas com lastro em títulos públicos

b) Hierarquia de valor justo: Ao mensurar o valor justo dos ativos financeiros, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). c) Determinação do valor justo: O valor justo das aplicações em fundos de investimento foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. As operações compromissadas são operações de compra e venda de 1 (um) dia com uma taxa pré-fixada na data da emissão da operação. Os títulos públicos de renda fixa e privados (debêntures) tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. Para títulos privados de renda fixa ativos, sem cotação em mercado, o valor justo é apurado utilizando-se metodologia própria - "Market to Model" do administrador com o uso máximo de informações observáveis no mercado. Os títulos de renda variável tiveram seus valores justos obtidos a partir da última cotação publicada pela B3 - Brasil, Bolsa, Balcão. Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros derivativos são definidos pelo administrador das carteiras e pelo custodiante, geridos pela MAPFRE Investimentos Ltda., sendo utilizadas curvas e taxas divulgadas pela ANBIMA e B3 - Brasil, Bolsa, Balcão, para cálculos constantes no manual de precificação da instituição, em conformidade com o código de autorregulação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão e na SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia. O valor justo dos ativos financeiros mantidos até o vencimento é determinado apenas para fins de divulgação.

d) Taxa de juros contratada

	2023		2022	
	Maior taxa	Menor taxa	Maior taxa	Menor taxa
Certificados de depósitos bancários - CDB	100% CDI	100% CDI	100% CDI	100% CDI
Depósitos a prazo com garantia especial - DPGE	112,32%	106,25%	112,32%	106,25%
Debêntures	a.a. + CDI	a.a. + CDI	a.a. + CDI	a.a. + CDI
Debêntures	6,05% + IPCA	6,05% + IPCA	6,04% + IPCA	6,04% + IPCA
Depósitos a prazo com garantia especial - DPGE	1,40% CDI	1,05% CDI	1,25% CDI	1,00% CDI
Depósitos a prazo com garantia especial - DPGE	1,50%	0,95%	1,25% CDI	1,00% CDI
Letras financeiras - LF	100% CDI	100% CDI	115% CDI	100% CDI
Letras financeiras - LF	1,70%	0,65%	2,00%	0,85%
Letras financeiras - LF	a.a. + CDI	a.a. + CDI	a.a. + CDI	a.a. + CDI
Letras financeiras - LF	-	-	8,71%	5,89%
Letras financeiras do tesouro - LFT	100% da SELIC	100% da SELIC	100% da SELIC	100% da SELIC
Letras do tesouro nacional - LTN	-	-	12,87%	11,56%
Notas do tesouro nacional - NTN-B	7,60%	3,37%	8,28%	2,93%
Notas do tesouro nacional - NTN-C	8,56%	4,32%	8,55%	4,32%
Notas do tesouro nacional - NTN-F	13,34%	8,88%	13,31%	6,37%
Operações compromissadas	11,59%	11,59%	13,64%	13,59%
Títulos da dívida agrária - TDA	8,70%	8,67%	9,24%	8,67%

e) Movimentações das aplicações

	2023		2022	
	Aplicações	Resgates	Aplicações	Resgates
Valor justo por meio do resultado	2.384.909	681.137	(893.944)	-
Disponíveis para venda	655.811	-	(64.768)	33.788
Mantidos até o vencimento	1.902	-	(247)	720
Total	3.042.622	681.137	(919.950)	33.788
Valor justo por meio do resultado	2.559.407	702.024	(893.944)	-
Disponíveis para venda	429.058	-	(36.350)	263.103
Mantidos até o vencimento	762	-	1.140	1.902
Total	2.989.227	702.024	(893.944)	(36.350)

f) Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia possui contratos futuros de DI, conforme apresentados na tabela abaixo. O objetivo de atuação no mercado de derivativos é de proteção, visando minimizar a exposição a riscos de mercado, nesse caso de taxa de juros. A utilização de derivativos está condicionada à avaliação do cenário macroeconômico, demonstrados a seguir:

Derivativos	2023		2022	
	Quantidade	Valor referência	Valor justo	Valor receber/pagar
FUT DI	143	(14.300)	-	-
FUT DI	(1.533)	153.288	(135.764)	-
FUT DI	(1.390)	138.988	(135.764)	-

Derivativos	2023		2022	
	Quantidade	Valor referência	Valor justo	Valor receber/pagar
FUT DI	(20)	26.000	(35.338)	-
FUT DI	3.241	(324.100)	208.233	-
Total	2.981	(298.100)	172.895	-

7. OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS

	2023	2022
Resgates em processo de identificação	51	2.810
Taxa de gestão de fundos	2.696	2.905
Créditos a receber de parcerias dos produtos de previdência	26.356	25.332
Outros créditos operacionais	41	41
Total	29.144	30.988

Os valores referentes a créditos a receber de parcerias dos produtos de previdência, estão demonstrados no aging abaixo:

	2023	2022
Até 1 ano	1.505	1.385
De 1 a 5 anos	5.495	4.897
Acima de 5 anos	19.356	19.050
Total a vencer	26.356	25.332

8. OPERAÇÕES COM RESSEGURADORAS E ATIVOS DE RESSEGURO

a) Ativo	2023		2022	
	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão de sinistros a liquidar - PSL	Provisão de sinistros avisados - IBNR	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR
Provisão de sinistros a liquidar - PSL VGB	-	6.068	3.674	-
IBNR/IBNeR - Vida	1.245	1.218	-	21
Parcela correspondente a resseguros contratados	5	136	-	-
Depósitos judiciais redutores	-	-	-	-
Total	7.318	5.049	3.674	21

b) Passivo	2023		2022	
	Prêmios cedidos - Vida/VGBL	Comissões a recuperar - Vida/VGBL	2023	2022
Prêmios cedidos - Vida/VGBL	6.730	6.428	6.730	6.428
Comissões a recuperar - Vida/VGBL	(12)	(22)	(12)	(22)
Total	6.718	6.406	6.718	6.406

c) Movimentação das provisões de resseguro

Provisões técnicas - resseguros	2023		2022	
	Saldo inicial	Saldo final	Saldo inicial	Saldo final
Constituições	227	-	9.675	6.186
Diferimento pelo risco decorrido	(227)	-	-	(227)
Aviso/ajuste de sinistros	-	12.712	-	12.712
Sinistros pagos a recuperar	-	(10.629)	-	(10.629)
Atualização monetária e juros	-	290	-	290
Reversões	-	(9.683)	(6.282)	(15.965)
Saldo final	-	6.068	800	450

9. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

Saldo inicial	2023		2022	
	Constituição	Reversões	Saldo inicial	Saldo final
Constituição	16.410	16.068	16.410	16.068
Reversões	(21.683)	(22.238)	(21.683)	(22.238)
Saldo final	35.238	40.511	35.238	40.511

10. IMOBILIZADO

Equipamentos	2023		2022	
	Taxa anual de depreciação	Valor bruto	Valor residual	Saldo final
Equipamentos	10% e 20%	22	(17)	5
Veículos	20%	367	(28)	339
Total	389	(45)	344	367

Equipamentos	2023		2022	
	Taxa anual de depreciação	Valor bruto	Valor residual	Saldo final
Equipamentos	10% e 20%	22	(13)	9
Veículos	20%	367	(28)	339
Total	389	(45)	344	367

11. INTANGÍVEL

Desenvolvimento de softwares	2023		2022	
	Taxa anual de amortização	Valor bruto	Valor residual	Saldo final
Desenvolvimento de softwares	14% a 20%	66	(27)	39
Total	14% a 20%	66	(27)	39

Desenvolvimento de softwares	2023		2022	
	Taxa anual de amortização	Valor bruto	Valor residual	Saldo final
Desenvolvimento de softwares	14% a 20%	66	(15)	51
Total	14% a 20%	66	(15)	51

12. OBRIGAÇÕES A PAGAR

Honorários e remunerações	2023		2022	
	Participação nos lucros a pagar	Compartilhamento de despesas	Fornece e outras obrigações a pagar	Total
Honorários e remunerações	-	183	-	183
Participação nos lucros a pagar	1.661	735	129	463
Compartilhamento de despesas	129	463	341	979
Fornece e outras obrigações a pagar	-	-	-	-
Total	2.131	2.360	2.131	2.360

13. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

Imposto de renda	2023		2022	
	Antecipação de imposto de renda	Contribuição social	Antecipação de contribuição social	COFINS
Imposto de renda	4.087	-	4.087	-
Antecipação de imposto de renda	(2.430)	-	(2.430)	-
Contribuição social	2.612	-	2.612	-
Antecipação de contribuição social	(1.507)	-	(1.507)	-

★ continuação

MAPFRE Previdência S.A. - CNPJ nº 04.046.576/0001-40

DIRETORIA

FELIPE COSTA DA SILVEIRA NASCIMENTO
FERNANDO PÉREZ-SERRABONA GARCIA
ANTONIO CLEMENTE CAMPANÁRIO

DENIA DE MOURA
FRANCISCO EUGÊNIO LABOURT
HUGO SÉRGIO DE ASSIS JÚNIOR

IVAN PARASKEVOPOULOS SILVA
ORLANDO ELIECER IBARRA CAMPO
ROBERTO JUNIOR DE ANTONI

RAPHAEL BAUER DE LIMA
SIMONE PEREIRA NEGRÃO

CONTADORA

TÁLITA DE FIUME - CRC 1SP 333939/O-0

ATUÁRIA

VERA LUCIA FERNANDES LOPES - MIBA 817

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

O Comitê de Auditoria da MAPFRE Participações S.A., é um órgão estatutário de assessoramento do Conselho de Administração, atuando de forma permanente e independente, com a finalidade precípua de revisar, previamente à sua divulgação, o conjunto das demonstrações financeiras e avaliar a efetividade do sistema de controles internos e das auditorias externa e interna. É constituído por 3 (três) membros efetivos independentes e está instituído na empresa líder MAPFRE Participações S.A., em conformidade com a Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados nº 432/2021, de 12 de novembro de 2021. Os membros são eleitos pela Assembleia Geral, com mandatos anuais e renováveis até o máximo de 5 (cinco) anos. O universo de atuação do Comitê compreende a instituição líder e tem alcance sobre as seguintes empresas: MAPFRE Capitalização S.A., MAPFRE Previdência S.A., MAPFRE Seguros Gerais S.A. e MAPFRE Vida S.A. Os administradores da empresa líder e de suas subsidiárias são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações financeiras, gerir os riscos, manter sistemas de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares. A Auditoria Interna responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos, avaliando, com independência, a efetividade das ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos. A KPMG Auditores Independentes é responsável pela auditoria das demonstrações financeiras das subsidiárias abrangidas pelo Comitê de Auditoria. Avalia, também, no contexto desse trabalho, a qualidade e a adequação do sistema de controles internos e o cumprimento dos dispositivos legais e regulamentares. A KPMG Auditoria Atuarial Independente é responsável pela auditoria e emissão de parecer dos

Atuários Auditores Independentes das demonstrações financeiras das subsidiárias abrangidas pelo Comitê de Auditoria. Avalia, também, no contexto desse trabalho, a qualidade e a adequação das provisões técnicas, dos sistemas de controles internos e do cumprimento dos dispositivos legais e regulamentares. **Principais Atividades** O Comitê reuniu-se mensalmente, fez diligências e requisições de documentos e informações junto à administração, gestores de riscos e controles, auditorias interna e externa. As atividades desenvolvidas, registradas em atas, cobriram o conjunto de responsabilidades atribuídas ao órgão e estão adiante sintetizadas. Nas reuniões de trabalho, com administradores, executivos e técnicos das diversas áreas da Organização, o Comitê abordou, em especial, assuntos relacionados à preparação das demonstrações financeiras; ao sistema de controles internos; aos processos contábeis; aos critérios e metodologias nas áreas atuarial, contábil e riscos; ao processo de gestão de riscos; e aos relativos a transações com partes relacionadas. Nas situações em que identificou necessidades de melhoria, recomendou aprimoramentos. Mantve diálogo com as equipes das auditorias interna e externa, oportunidades em que verificou e apreciou seus planejamentos, conheceu os resultados dos principais trabalhos e examinou suas conclusões e recomendações. Considerando as informações recebidas das áreas responsáveis, os trabalhos da Auditoria Interna e da Auditoria Externa, o Comitê constatou a inexistência de falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade das empresas abrangidas.

Revisou as demonstrações financeiras, notas explicativas e o relatório da administração da MAPFRE Capitalização S.A., MAPFRE Previdência S.A., MAPFRE Seguros Gerais S.A. e MAPFRE Vida S.A. e discutiu com os auditores independentes seus relatórios e apontamentos. **Conclusões** Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria considera que: **a)** A Auditoria Interna é efetiva e desempenha suas funções com independência, objetividade e qualidade; **b)** As Auditorias Externas são efetivas e as informações por elas fornecidas constituem suporte para a opinião do Comitê acerca da integridade das demonstrações financeiras. Não foram identificadas ocorrências que pudessem comprometer a independência dos seus trabalhos; **c)** As demonstrações financeiras da MAPFRE Capitalização S.A., MAPFRE Previdência S.A., MAPFRE Seguros Gerais S.A. e MAPFRE Vida S.A. apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira das empresas em 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados. São Paulo, 27 de fevereiro de 2024. **Luiz Cláudio Ligabue** Coordenador **Francisco Petros Oliveira Lima Papatthasiadis** Membro Titular **Edgar Jabbour** Membro Titular

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da MAPFRE Previdência S.A. São Paulo - SP

Opinião Examinamos as demonstrações financeiras da MAPFRE Previdência S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MAPFRE Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para Opinião Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Base para a mensuração da Provisão Complementar de Cobertura (PCC) e do Teste de adequação de passivos (TAP) Veja as Notas nºs 3(i), 3(j), 3(k) e 16 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria A Companhia mantém provisão técnica complementar de cobertura (PCC) relacionada a insuficiência de provisão dos contratos de seguros e previdência complementar, nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023. Para calcular o teste de adequação de passivos e consequentemente mensurar a provisão complementar de cobertura (PCC), a Companhia utiliza-se de técnicas e métodos atuariais que envolvem julgamento na determinação de metodologias e premissas que incluem, entre outros, longevidade, nível de resgate dos planos de previdência complementar, taxas de desconto e de juros. Consideramos o cálculo do teste de adequação de passivos e a avaliação da mensuração da provisão complementar de cobertura como um principal assunto de auditoria dado o julgamento envolvido na determinação da metodologia e premissas relevantes relacionadas.

Como auditoria endereçou esse assunto Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento do desenho e implementação de controles internos relacionados ao processo de mensuração, aprovação e revisão dos cálculos do teste de adequação de passivos e da provisão complementar de cobertura. (ii) envolvimento de nossos especialistas atuariais com conhecimento e experiência no setor que nos auxiliaram: - na avaliação das metodologias e das premissas, tais como longevidade, nível de resgate dos planos de previdência complementar, taxas de desconto e de juros, utilizadas na mensuração da PCC e do teste de adequação de passivos, com base em premissas derivadas das próprias informações históricas da Companhia; - na conferência da exatidão matemática da PCC e do teste de adequação de passivos; e - no recálculo da PCC por meio de utilização de métodos atuariais e ferramenta estatística. (iii) testes de precisão e integridade das base de dados de prêmios emitidos, contribuições recebidas

e benefícios e resgates pagos, utilizadas para mensuração da provisão complementar de cobertura, conforme aplicável, incluindo o confronto destas bases com as bases analíticas suporte aos registros contábeis.

(iv) testes, com base em amostragem, da existência e precisão das informações utilizadas no cálculo do teste de adequação dos passivos e da mensuração da provisão complementar de cobertura, como valores das contribuições, benefícios e resgates, incluindo comprovantes de liquidação financeira, quando aplicável, tipo de plano, datas de registro, data de nascimento do participante, entre outros, por meio do confronto com as respectivas documentações de suporte; e

(v) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. - A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de teste de auditoria realizadas pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de

materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. - A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvidas significativas em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2024. **KPMG** **KPMG Auditores Independentes Ltda.** **Erika Carvalho Ramos** Contadora - CRC 1SP224130/0-0

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da MAPFRE Previdência S.A. São Paulo - SP

Escopo da Auditoria Atuarial Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da MAPFRE Previdência S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2023, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração A Administração da MAPFRE Previdência S.A. é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação

patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da MAPFRE Previdência S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da MAPFRE Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2023 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Outros assuntos No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos

quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2024. **KPMG** **KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.** **Daniela Sedel** Atuária MIBA 1721

Anexo I	
MAPFRE Previdência S.A. (Em milhares de Reais)	
1. Provisões Técnicas, ativos de resseguro e créditos com resseguradores	31/12/2023
Total de provisões técnicas auditadas	3.136.684
2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas	31/12/2023
Provisões Técnicas auditadas (a)	3.136.684
Valores redutores auditados (b)	7.055
Total a ser coberto (a-b)	3.129.629
3. Demonstrativo do Capital Mínimo	31/12/2023
Capital Base (a)	15.000
Capital de Risco (CR) (b)	74.852
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	74.852
4. Demonstrativo da Solvência	31/12/2023
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	136.841
Ajustes Econômicos de PLA (b)	43.357
Exigência de Capital (CMR) (b)	74.852
Suficiência/(Insuficiência) do PLA (c = a-b)	61.989
Ativos Garantidores (d)	3.213.763
Total a ser Coberto (e)	3.129.629
Suficiência/(Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)	84.134
5. Demonstrativo dos limites de retenção (Grupos SUSEP)	31/12/2023
0983, 0986, 0991, 1383, 1386, 1391	2.665

DESDE SEMPRE, CUIDANDO DO QUE IMPORTA

90 ANOS MAPFRE

mapfre.com.br

Com mais de 90 anos no mercado e presente em mais de 100 países, a MAPFRE está sempre ao seu lado, cuidando do que é mais importante para você.

São milhares de colaboradores contribuindo para uma sociedade mais sustentável e solidária para que você avance com tranquilidade.

